

# MANUTENÇÃO DE PODER DOS ESTRATOS SOCIAIS DOMINANTES NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS INTÉRPRETES CLÁSSICOS DO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO

POWER MAINTENANCE OF THE DOMINANTS SOCIAL STRATA IN BRAZIL: AN ANALYSIS FROM THE CLASSIC INTERPRETERS OF BRAZILIAN SOCIAL THOUGHT

*Frederico Romanoff do Vale\**

**Cite este artigo:** VALE, Frederico Romanoff do. Manutenção de Poder dos Estratos Sociais Dominantes no Brasil: uma análise a partir dos intérpretes clássicos do pensamento social brasileiro. **Revista Habitus:** revista eletrônica de graduação em Ciências Sociais - IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.75-85, março de 2017. Semestral. Disponível em: <[www.habitus.ifcs.ufrj.br](http://www.habitus.ifcs.ufrj.br)>. Acesso em: 30 mar. 2017.

**Resumo:** O presente artigo tem o objetivo de analisar quais argumentos teóricos autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., utilizam para analisar os mecanismos de manutenção de poder dos estratos sociais historicamente dominantes no Brasil. Objetiva-se, portanto, realizar uma discussão sobre o tema através de bibliografia selecionada. Foram mobilizados três ensaios clássicos de interpretação do Brasil, bem como trabalho historiográfico mais recente sobre o tema. Elementos como o latifúndio, a escravidão, produção de alimentos para a exportação, dominação pessoal, a família patriarcal, a igreja e outros, articulados entre si em torno de uma classe específica da sociedade imperial, conformam a manutenção de poder perpetrada durante séculos na formação da sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** estratos sociais; pensamento social brasileiro; manutenção de poder.

**Abstract:** This article is intended to analyze which theoretical arguments authors like Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda and Caio Prado Jr., use to analyze power maintenance mechanisms of historically dominant social strata in Brazil. The objective is, therefore, hold a discussion on the topic through selected bibliography. Three classic tests of Brazil interpretation were mobilized, as well as more recent historiographical work on the subject. Elements such as landlordism, slavery, food production for export, personal domination, the patriarchal family, the church and others, articulated around a particular class of imperial society, conform the maintenance of power perpetrated for centuries in the formation of Brazilian society.

**Keywords:** social strata; brazilian social thought; maintenance of power.

O objetivo deste artigo é identificar e apresentar, através das obras de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., como se deu a acomodação das antigas elites senhoriais ao modo de vida urbano, como elas conseguiram preservar o seu poder e status ao longo dos processos de transformação do país e qual foi o papel do Estado, com foco no Império, na manutenção desse poder.

Para tanto, mobilizo algumas obras clássicas dos intérpretes brasileiros da década de 30 e 40 e um trabalho historiográfico mais recente do historiador Ricardo Henrique Salles.

O processo de modernização no Brasil viu, diferentemente de outros lugares no mundo, a preservação de diversas características do sistema colonial, elementos como o latifúndio, a produção em larga escala para a exportação e até mesmo, imoral e com pressões externas e internas para o seu fim, a escravidão de negros africanos.

Dentro desse processo se mostra interessante analisarmos quem foi a elite dominante no Brasil, ou melhor, os diferentes grupos que configuraram essa elite e como ela mantém o poder desde a época de sua consolidação ainda no Brasil colonial.

## **1. Elementos da manutenção de poder de classe presentes nos ensaios de interpretação do Brasil**

Início este trabalho remontando aos “clássicos” das interpretações sobre a formação social, econômica e política do Brasil. Freyre, Holanda e Caio Prado Jr., apesar de carregarem muitas ambivalências e contradições em seus discursos e de utilizarem de categorias hoje condenáveis (como em muitas passagens dos textos de Freyre sobre os africanos escravizados), ainda são muito importantes para entendermos a sociedade brasileira de hoje e as diferentes correntes historiográficas que remontam a essas obras.

Portanto, dentro dessa perspectiva, cabe apontar aqui as principais considerações que Gilberto Freyre (1933) faz a respeito das elites coloniais. Em *Casa Grande & Senzala*, Freyre destaca o caráter agrário das famílias coloniais brasileiras em contraposição a valorização de atividades mercantis em Portugal. Segundo Freyre para se garantir o sucesso da colonização portuguesa no Brasil foi necessário que houvesse uma mudança na “orientação” da atividade econômica dos portugueses, de um caráter mercantil para a produção agrária.

Em sua obra, Freyre destaca a importância do português colonizador como elemento central, através da miscigenação, da criação das primeiras famílias patriarcais brasileiras. Para ele

A família é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. (FREYRE, 2006 [1933] pg. 81).

Assim não haveria no Brasil força política social, econômica e política maior do que a da família patriarcal, que por sua vez teria o seu poder assentado no latifúndio, na produção em larga

escala para a exportação e na exploração do trabalho escravo. Mesmo no Império o poder do monarca estaria comprometido já que a câmara e o senado se constituiriam principalmente de membros da classe senhorial. Seriam expressão do “familismo”. Esse mando político se expressaria principalmente através do oligarquismo e do nepotismo.

A Igreja seria a única instituição com força frente ao poder da família patriarcal. No entanto, o próprio Freyre sugere a existência quase que em “órbita” da religião por sobre a casa grande, isso porque as capelas funcionariam como um anexo da casa grande, o que faria com que todas as ações do padre estivessem sob o domínio do senhor patriarcal.

Portanto, para Freyre a estabilidade da família patriarcal estaria assegurada enquanto persistisse no Brasil o latifúndio e a escravidão, realidade que, como sabemos, perdurou até o fim do período imperial para a escravidão e até os dias de hoje para o latifúndio (o Brasil até hoje nunca passou por uma verdadeira reforma agrária).

Seguindo a linha histórica a respeito das principais obras de interpretação do Brasil, cito Sérgio Buarque de Holanda. Sua obra de maior vulto *Raízes do Brasil* indica algumas características que fizeram com que o poder da classe senhorial, formada durante o Brasil colônia, persistisse aos processos de modernização que a nossa sociedade viveu.

Holanda (1936) é mais audacioso do que Freyre no que concerne à manutenção de poder da classe senhorial no Brasil, para ele o mando dessa classe nos governou “até muito tempo depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje” (HOLANDA, 2014 [1936] pg. 85).

O autor praticamente abre o terceiro capítulo de *Raízes do Brasil* afirmando que “Na monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizavam a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos”. (ibid.). No trecho destacado, podemos observar um dos elementos que explicam como a classe senhorial manteve seu poder e, conseqüentemente seus privilégios de classe, durante tantos anos, saindo vitoriosa de processos como a independência, a abolição e a modernização do Brasil. Há um caráter geracional muito estruturante do poder de classe na sociedade brasileira, muito se explica das estruturas sociais no Brasil a partir da análise histórica da transmissão de riquezas dentro e entre determinadas famílias.

As tradicionais atividades agrícolas fundadas na exploração do trabalho escravo constituíram-se como a principal fonte de renda da classe senhorial durante o Brasil colônia. Com o processo de urbanização alavancado pela vinda da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, essa situação persistiu: “Eram (os senhores), pela solidez de seus estabelecimentos, considerados como a mola real da riqueza e do poder na colônia, os animadores reais da produção, do comércio, da navegação e de todas as artes e ofícios.” (HOLANDA, 2014 [1936] pg.: 94).

Holanda destaca que durante o período colonial e ainda com forte persistência após a independência política do Brasil, é a família organizada que prevalece como base e centro de toda a organização. A figura do “pater-famílias” dominando os seus familiares, agregados e escravos, com

essa dominação se espalhando por toda a sociedade. O ambiente doméstico ditando as regras do geral, o domínio do privado sobre o público.

Com a intensificação, mesmo que tímida, da vida urbana, a classe senhorial não perde o seu poder, pelo contrário, o acomoda através de cargos da burocracia, através da atividade política e das profissões liberais. Seus filhos, mandados a estudar em Portugal, os bacharéis, remodelavam as novas formas de dominação na cidade “o anel de grau e a carta de bacharel, podem equivaler a autênticos brasões de nobreza” (HOLANDA, 2014 [1936] pg.: 98) (posteriormente são esses mesmos filhos que irão, já influenciados por ideias liberais, trabalhar contra princípios que sustentavam os privilégios de sua própria classe). O “trabalho mental” era valorizado como atividade enobrecedora, naturalmente creditada às antigas classes senhoriais, diferenciando-se substancialmente daqueles trabalhos que demandavam algum tipo de esforço físico.

Assim, o domínio do patriarcado rural se estendeu às cidades. O que antes era particular às zonas de agricultura agora, em meados do século XIX, se transforma comum a todas as classes como norma ideal de conduta. O “rígido paternalismo” se faz sentir transversalmente na sociedade que se urbanizava, a presença de elementos da classe senhorial, ou representantes diretos desta, nas câmaras municipais e no senado fazia-se sentir de forma expressiva. Nas palavras de Holanda “o ideal da casa grande invadiu as cidades” (HOLANDA, 2014 [1936]), até nas profissões mais humildes os indivíduos davam-se ar de nobreza, situação registrada nas visitas de exploradores internacionais, como reflexo de um modo de vida ditado pelo campo.

Holanda destaca essas passagens para atestar como o “estado de coisas” do Brasil colonial persiste em nossa sociedade ainda para além da nossa Independência política. O que mais tarde outros autores farão com abordagens mais sofisticadas, como é o caso de Florestan Fernandes.

O último autor que cabe citar neste trabalho, a respeito das interpretações clássicas do Brasil, é Caio Prado Jr. Conceitos aplicados pelo escritor como o “sentido da colonização” e a “ausência de nexos moral” são interessantes para pensarmos a configuração social do Brasil colonial.

Quando Caio Prado (1942) fala de um sentido da colonização para o Brasil, ele o faz alinhado a um ideal de que toda a nação teria o seu sentido; no caso do Brasil o sentido do país existir como colônia era precisamente a produção de alimentos em larga escala para serem exportados para a Europa. Caio Prado destaca que essa produção ficava sobre os mandos da classe senhorial dona dos latifúndios, o que lhes conferia um poder sem igual quando comparado aos outros atores sociais envolvidos na vida da colônia.

Quando o autor fala sobre a ausência de nexos moral existente nas sociedades coloniais ele está se referindo principalmente ao que chamou de “setores inorgânicos”, que seriam todos aqueles que não faziam parte direta dos processos que levavam ao sentido da colonização, ou seja, a produção de mercadorias para a exportação. Não haveria entre os homens livres e pobres um reconhecimento e solidariedade mútuos, havia, pelo contrário, uma ausência de superestrutura de valores que coibissem os instintos primitivos dos homens. Tal situação acarretava em uma moral, no caso dos homens brancos e livres, baseada na violência como regra e na solidariedade pontual (como destacou em seu

trabalho a socióloga Maria Sylvia de Carvalho Franco, em *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, 1969).

Destaco esses pontos para deixar claro como Caio Prado Jr. concebia a sociedade colonial, como isso interferia nas relações de poder estabelecidas e em qual ator social o poder econômico e político se materializavam. Como destacado pelos dois autores anteriores, Caio Prado confere aos senhores coloniais uma posição de destaque na colônia ante ao papel central que eles assumiam frente ao sentido da colonização.

Um apontamento interessante que se pode fazer dentro da obra do referido autor é sobre o juízo moral que ele faz a respeito da família colonial muito diferente do que tem sido falado até aqui:

As facilidades que proporciona às relações sexuais, irregulares e desbragadas, a indisciplina que nela reina, mal disfarçada por uma hipócrita submissão, puramente formal, ao pai e chefe, tudo isto faz a casa grande, antes uma escola de vício e desregramento, apanhando a criança desde o berço, que de formação moral. (PRADO JÚNIOR, 2000 [1942] pg. 362).

Assim, mesmo que Caio Prado reconheça o papel central da classe senhorial como fundamental para se concluir o processo que dava sentido a colonização, ele via uma decadência moral nessa mesma família que se coadunava com a ideia que ele fazia de toda a sociedade colonial, qual seja, essencialmente desregrada.

Cabe destacar que Caio Prado, como os escritores citados, aponta o caráter da colônia brasileira como uma sociedade fundada na exploração, tanto do meio ambiente quanto do trabalho escravo.

Prado aponta que, em fins do séc. XVIII, os debates que dominavam eram acerca do declínio do sistema colonial. Quais seriam as possíveis soluções? Quais seriam as saídas para a economia brasileira, e, no pensamento de muitos dos promulgadores dessas questões, como será possível manter os privilégios de classe até agora “conquistados”? Algumas reformas de fato foram feitas, antes para manter o que já estava dado do que para mudar de fato, a tática do “algo deve mudar para que tudo continue exatamente como está”. Prado destaca que, nessas reformas, não se tocou nos elementos substanciais do sistema, quais sejam, o latifúndio e a escravidão.

Prado destaca ainda a oposição entre o senhor de engenho e o comerciante que surge com o processo de modernização do país, onde o senhor de engenho começa a contrair muitas dívidas, o que poderia abalar seu poder. O autor apresenta este cenário como uma das contradições inerentes ao sistema colonial e que, junto da contradição “étnica” que faz referência a escravidão, levariam ao fim do sistema colonial.

A classe senhorial aparece aqui como uma entidade mais suscetível a vulnerabilidades do que em Freyre e Holanda, no entanto o autor destaca que, mesmo com as contradições em que ela está inserida, seu papel fundamental continua a existir como a principal proprietária dos latifúndios que se coadunavam diretamente com o sentido da colonização, o que lhes conferiria poder até que as estruturas da colonização fossem mudadas. A única transformação nesse sentido que vivemos foi com o fim da escravidão, mesmo que de forma muito pouco favorável aos principais afetados por ela – os

negros. Por outro lado muitos latifúndios continuam existindo e servindo como ferramenta de legitimação de poder de determinados estratos sociais, capazes de influenciar diversas decisões políticas no Brasil de hoje.

## **2. Privilégios, status e poder persistem: a formação do Império do Brasil e a conformação nacional de poder da classe senhorial.**

Na perspectiva de levantar trabalhos historiográficos mais recentes, Ricardo Henrique Salles faz contribuições importantes para entendermos a formação do Estado Nacional brasileiro em relação ao desenvolvimento da classe senhorial, classe esta que o autor situa geograficamente em torno da Bacia do Rio Paraíba do Sul. O autor destaca ainda o papel decisivo de intelectuais no processo de formação do Estado Nacional e consequente conservação dos privilégios da classe senhorial.

Salles (2012) destaca que a formação da classe senhorial como uma classe dominante nacional não foi um processo espontâneo e sim uma construção histórica que envolveu outros atores, tais como os intelectuais e o Estado Nacional. Antes, a classe senhorial se caracterizava através de um domínio regional, o seu poder só se torna nacional a partir de um momento histórico específico que envolve fatores econômicos, sociais e culturais determinantes.

O autor considera o Estado Imperial como um elemento do poder de classe, esse poder se expressaria através do clientelismo e do patrimonialismo, imerso nos jogos de poder intra familiares, na relação com as elites regionais (com destaque para a dominação “tetrárquica” das províncias de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro) e ainda através das relações estabelecidas com a nobreza.

Salles aponta a influência do poder regional por sobre as decisões nacionais do Império. O poder do imperador teria sido “aceito” como forma de expressão do poder político de um grupo de fazendeiros específico que lançaria às bases para a construção e para o poder da classe senhorial nacional: os saquaremas fluminenses. É destacada ainda a ligação direta entre essa classe senhorial e o escravismo, o seu poder estava calcado na produção de café para a exportação que por sua vez dependia diretamente da exploração do trabalho escravo, em relação a isso o papel dessa classe senhorial foi importante no objetivo de manter a escravidão no Brasil.

Salles destaca que os grupos dirigentes oriundos do antigo regime e, ainda, aqueles intelectuais “tradicionais” ligados à elite política luso-brasileira conduziram os processos de formação do Estado Nacional. “A classe senhorial, enquanto uma relação social escravista e como uma formação social dotada de habitus e éthos próprios, estabelecida em um território e inserida em um tempo histórico, expandiu-se por obra da ação de seus intelectuais na frente da grande política, que imprimiram uma direção moral e intelectual ao processo de construção do Estado imperial na feição que este adquiriu no Segundo Reinado” (SALLES, 2012, pg. 43). Tais grupos tiveram de se atualizar, ou no vocabulário gramsciano, passar por um processo de *aggiornamento*, para garantir a sua sobrevivência, nesse sentido tiveram de construir Estados minimamente liberais ainda que com restrições à participação institucional e representação política.

Processos ainda como a Independência e o surgimento de uma nova escravidão articulada ao mercado mundial deram forças para que a “classe senhorial se constituísse como classe histórica nacional, isto é, articulada em torno da construção de um Estado nacional” (SALLES, 2012). O Império do Brasil teria construído-se em torno de revoluções passivas (uma série de mudanças desenroladas através de articulações intra elites que mudavam alguns elementos do poder, mas com garantia da manutenção do status quo), que deram brecha para a formação da classe senhorial e de uma nova camada de intelectuais.

A grande propriedade rural escravista comandada pela recém-constituída classe senhorial com dimensões nacionais, era o que dava a base de sustentação para todo o Império do Brasil. Entender o papel das redes familiares no processo de sustentação do poder das elites tradicionais, agora andando de mãos dadas com o Estado e com a Coroa portuguesa, é essencial pois foram nos salões da corte, nos casamentos arranjados e em cima de uma sofisticada engenharia política que o poder da classe senhorial pôde se estabelecer e ser preservado durante tantos séculos. Além, é claro, das bases onde se assentaram o seu poder, o latifúndio e a mão de obra escrava, que, por mais que tenham sofrido algumas transformações (no caso da escravidão houve, já e fins do Império, a Abolição – que ao fim e ao cabo acabou sendo algo positivo para as classes senhoriais, já que os livraram de encargos inconvenientes e agora tinham o trabalho do imigrante para assegurar a colheita), ainda tinham a sua relevância assegurada, mesmo com a importância dada cada vez mais ao comércio, o latifúndio persiste, há sempre uma relação direta entre comércio e latifúndio, com, dependendo do tempo histórico, a balança sendo mais favorável para um lado do que para o outro.

## Considerações finais

Depois da exposição apresentada faz-se necessário uma análise sobre os pontos que aproximam e distanciam os autores no que diz respeito a quais são os mecanismos que permitiram a manutenção de poder dos estratos sociais historicamente dominantes no Brasil, bem como as diferentes interpretações possíveis a partir da leitura de suas obras.

Há na literatura produzida trabalhos que discutem a possível congruência dos ensaios de interpretação do Brasil que os analisaria como um conjunto, haveria elementos que lhes confeririam semelhanças ao ponto de fazê-los pertencer à uma “família” ou “linhagem”. O que defende, por exemplo, Octavio Ianni em seu texto *Tendências do Pensamento Brasileiro* (2000).

No trabalho em questão Ianni identifica e categoriza uma série de autores através de linhagens de pensamento. De acordo com as suas categorizações, os autores discutidos neste trabalho pertencem a três diferentes “linhagens”.

Gilberto Freyre faria coro aos autores que pensam a sociedade através de uma perspectiva centrada na família patriarcal. Eles fariam parte da linhagem intitulada *sociedade patriarcal*. De acordo com Ianni tais autores construíram uma obra que:

Prioriza a família, o parentesco, a casa grande, a fazenda, a plantação, a criação, o clã, o patriarcalismo, a oligarquia; e enfatiza aspectos psicossociais e socioculturais, praticamente esquecendo, ou deixando implícitas, a economia e a política. Há também ênfase nas heranças da colonização portuguesa, do lusitanismo, sem esquecer

Araguaia e outros movimentos de setores sociais subalternos no largo da cartografia e da história. (IANNI, 2000, pg.: 58)

Já Sérgio Buarque de Holanda pertenceria a uma segunda linhagem que teria escrito a sua obra em cima da construção de *tipos ideais*. Haveria uma ênfase bastante culturalista. Sociedade, política e literatura adquiriram dinâmicas próprias e poderiam ser analisadas separadamente. A elaboração de tipos ideais se daria através de construções como “homem cordial”, “bandeirante”, “índio”, “negro”, “imigrante”, bem como “gaúcho”, “colonizador”, “desbravador” e outros (Ibdem. pg.: 59).

Por fim, Caio Prado Jr. pertenceria a corrente *socialista* das interpretações do Brasil, que notavelmente teria como elementos centrais as classes sociais e a luta de classes. Os autores pertencentes a essa linhagem trabalhariam a partir das “formas de organização social e técnica do trabalho e da produção. [...] relações entre escravos e senhores, operários e burgueses, camponeses e latifundiários, nacionalistas e imperialistas e outras categorias” (Ibdem. pg.: 66).

Além das linhagens apresentadas, Ianni escreve sobre aqueles autores que considerariam o “Estado como demiurgo” (com uma sociedade civil débil, onde o Estado teria uma missão civilizatória), outra linhagem pensaria o Brasil como um “país católico” (considerando o catolicismo como argamassa intelectual, cultural e ideológica da sociedade e do Estado). Além disso, identifica escritores preocupados em analisar a “formação do capitalismo nacional”, “formação do capitalismo transnacional”, o Brasil visto pelos “brasilianistas” e por fim faz uma distinção entre os “Percussores, clássicos e novos” do pensamento brasileiro. Definindo os autores aqui apresentados como “clássicos”, preocupados com a “questão nacional”.

Por mais notável que seja o esforço de Ianni em empreender um exercício de categorização sobre os autores que pensaram e escreveram sobre o Brasil, há que se fazer uma ressalva sobre a validade de tal empreendimento para além de uma perspectiva analítica. Digo isso porque, por mais que os autores discutidos apresentem pontos de convergência, categorizá-los nestas linhagens de pensamento acaba fazendo com que elementos que não estão presentes em tais linhagens sejam subteorizados, o que pode causar algumas problemáticas para a análise do social, do ponto de vista de uma metodologia sociológica.

Pensando mais especificamente sobre a temática trabalhada neste artigo, os autores em questão apresentam convergências significativas relativas ao papel da família colonial, embora com intensidades diferentes. Freyre atribui papel central a família e, em consequência, ao patriarcalismo, para entendermos o funcionamento da sociedade colonial e, por conseguinte, a cultura praticada pela comunidade brasileira. Não haveria força política, econômica e social maior que a família patriarcal; Freyre cunha o termo “familismo” como expressão do mando político por excelência da colônia brasileira. Há certa convergência entre Holanda e Freyre nesse ponto quando Holanda destaca o “domínio do privado sobre o público”, a família patriarcal, núcleo do poder senhorial, ditariam as regras a serem “socializadas” a nível de Estado e sociedade brasileira. Holanda enfatiza ainda a acomodação das elites senhoriais ao modo de vida urbana através de cargos assumidos na burocracia do Estado; os filhos das elites, os agora bacharéis, dominariam a cena política.

Caio Prado distancia-se dos autores anteriores já que confere como papel central de sua análise o “sentido da colonização”, onde a família colonial é importante não pela sua posição frente à “sociedade”, mas sim pela posição de mando que assume frente aos processos de produção destinados ao sentido da colonização. Além disso, ele constrói um juízo moral muito diferente dos outros dois autores em relação a família colonial, esta estaria em um processo de decadência por conta de suas práticas e valores. Posição que coaduna com sua visão de toda a sociedade colonial, uma sociedade essencialmente desregrada.

Finalmente, Ricardo Henrique Salles, representando estudos mais recentes sobre o tema, opta por colocar no centro de sua análise a formação do Estado Imperial através de suas relações com a classe senhorial (posteriormente tratadas como “famílias tradicionais”) e os intelectuais. Segundo o autor, antes da constituição do Estado Imperial, as classes senhoriais exerciam seu poder apenas regionalmente. A construção de uma classe senhorial nacional dependia, por sua vez, da construção de um Estado Imperial. Os intelectuais teriam exercido papel decisivo atuando como “vanguarda” política e trabalhando pela legitimação do poder de Estado. Durante o período Imperial, o Estado e as famílias tradicionais se sustentariam reciprocamente. Tal sustento, por sua vez, estava calcado por sobre a escravidão e o latifúndio. Além de analisar a formação do Estado Imperial e a relação deste com a classe senhorial e os intelectuais, Salles chama atenção para o papel central que as redes familiares teriam assumido como ferramenta de sustentação das elites tradicionais.

Assim, percebem-se pontos de encontro entre Salles e os autores anteriormente comentados, em relação, por exemplo, ao tratamento dado à análise das famílias tradicionais brasileiras. Famílias estas que conservam o seu poder mediante processos de *aggiornamento* (renovação das classes senhoriais através do poder estatal) que encontra referência no processo de burocratização das famílias descrito por Holanda. Termos como *clientelismo* e *patrimonialismo*, presentes na obra de Salles, se relacionam com o “familismo” de Freyre e a questão do “domínio do privado sobre o público” de Holanda.

Em ambos os autores a família patriarcal aparece ligada à propriedade do latifúndio, o poder advindo dessa propriedade é usado para influenciar/sustentar seus interesses em distintos períodos da história da sociedade brasileira, seja na proclamação da Independência, durante o Império, na abolição da escravatura ou na transição para a República, e até hoje, através da posse de grandes propriedades e da relação intra/entre famílias, sustentam a influência de estratos dominantes no Brasil e permitem a defesa de seus interesses.

Analisando as obras em questão percebe-se que há uma regularidade em relação a determinados elementos presentes desde a chegada dos portugueses no séc. XVI até o Império do séc. XIX, tais como o latifúndio, a escravidão, a produção de alimentos em larga escala, a dominação pessoal, a família patriarcal, a relação público/privado, a Igreja, os bacharéis formados na Europa, dentre outros. Alguns deles surgindo logo no início da colonização e outros a partir do Brasil Império. Tais elementos fornecem o potencial necessário para a manutenção de poder dos estratos dominantes, a despeito das transformações sociais e políticas do último século até os dias de hoje (em conjunto com estratégias atualmente mais “sofisticadas” como a financeirização). Com especial atenção ao poder das famílias patriarcais assentado na propriedade dos latifúndios. Os autores distinguem-se aqui na forma como tratam esses elementos e na intensidade/centralidade que conferem a cada um deles na

interpretação da sociedade brasileira. Tal questão deriva-se da abordagem que utilizam para realizar suas interpretações. Naturalmente quando se realiza a defesa de determinada interpretação há que se exagerar em alguns argumentos de modo a diferenciar a posição defendida, neste processo sobressaem-se alguns elementos em relação a outros. Assim, a meu ver, faz mais sentido em termos de uma sociologia pós-cartesiana, analisar os autores em questão a partir das considerações que fazem de cada elemento cultural, político, econômico ou social e, através desse processo, pensar em categorias mais “generalizantes”, mas que não deixem de considerar nenhum dos elementos apresentados pelo autor. Ou seja, uma análise “de baixo para cima”, não a criação de “categorias-tipo” e o encaixe de cada autor, indiscriminadamente, em cada uma delas.

Para entendermos a sociedade é necessário que olhemos para o passado, quais foram as transformações históricas (ou a falta delas) que levaram a situação que temos no Brasil de hoje. Há ainda muito a ser pesquisado e discutido. O que vemos hoje no parlamento, no poder executivo e na sociedade de modo geral, infelizmente ainda está ligado a uma realidade social que remonta a algumas características essenciais do período colonial e do império. As presenças assustadoras do preconceito de raça e do latifúndio no nosso país precisam ser combatidas. Para tanto, a História e as Ciências Sociais precisam assumir uma postura crítica diante dos fatos – mesmo que isso de alguma forma signifique um “corte na nossa própria carne”. 🌐

## NOTAS

\*Frederico Romanoff do Vale, no momento da submissão do artigo estava cursando o 5º período do curso de ciências sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em um projeto de pesquisa sobre o tema. E-mail: Fred.romanoff@hotmail.com

## Referências

BOTELHO, André. **Passado e futuro das interpretações do país**. Tempo Social, Brasil, v. 22, n. 1, p. 47-66, Junho. 2010.

FRANCO, M. S, 1997. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP.

FREYRE, Gilberto. “Características gerais da colonização portuguesa no Brasil: formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida” in: id. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006 [1933], 51ª edição revista, pp. 64-117;

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Herança Rural” in: id. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015 [1936], pp. 85-109;

IANNI, Octavio. **Tendências do pensamento brasileiro**. Tempo social, São Paulo, v. 12, n. 2, p.55-74, Nov. 2000.

PRADO JUNIOR, Caio. “Vida Social e Política” in: id. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, Publifolha, 2000 [1942], pp. 353-386.

SALLES, Ricardo, **O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado**. Almanack: Guarulhos/SP: UNIFESP, n. 4, nov. de 2012. pp. 5-45

Recebido em 28/03/2016

Aprovado em 22/12/2016